



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

ATA DE REUNIÃO

Ata da 61ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, realizada em 23 de maio de 2018, em Brasília (DF).

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de 2018, com início às 10h00, nas dependências da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), no SBN, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, na sala de reunião do 20º andar, em Brasília (DF), sob a presidência do Sr. **Luiz Renato Adler Ralho**, superintendente substituto da SUDECO, realizou-se a **61ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada** da SUDECO, secretariada pelas servidoras **Simone de Pina Zorral Sarmento** e **Elisa Roesler e Silva**. A reunião contou com a presença dos seguintes membros da Diretoria Colegiada: o Sr. **Claudemir Ribeiro Pita**, diretor de Administração Substituto (DA); o Sr. **Roberto Postiglione de Assis Ferreira Junior**, diretor de Planejamento e Avaliação (DPA) e o Sr. **Edimilson Alves**, diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF). Participaram da reunião, também, o procurador-chefe **Aluizo Silva de Lucena** e o procurador **Sávio Luis Oliveira Ramos**, da Procuradoria Federal/Sudeco; a Sra. **Sônia Maria Souto**, auditora-chefe da Sudeco; o Sr. **Marcio Scatena Villar**, assessor do gabinete; o Sr. **Raimundo da Costa Veloso Filho**, coordenador-geral de Execução de Programas e Desenvolvimento Regional; a Sra. **Luciana Barros**, coordenadora-geral de Gestão de Fundos e Promoção de Investimentos; a Sra. **Joicy Caetano Silva**, coordenadora-geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais/DPA; a Sra. **Carina Moura Soares**, coordenadora-geral de Execução Orçamentária e Financeira e Prestação de Contas; e os servidores **Rodrigo dos Reis e Fernanda Cruz**. O Sr. Luiz Renato Ralho cumprimentou os presentes e declarou aberta a reunião. Colocou em discussão a dispensa da leitura da ata da 60ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 18 de abril de 2018, que foi consentida pelos demais. Logo após, colocou em votação a sua aprovação. Aprovado por unanimidade. O superintendente substituto, então, solicitou ao Sr. Marcio Villar que fizesse a leitura dos itens, a saber: **APROVAÇÕES “AD REFERENDUM”**: **1. Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos: PROPOSIÇÃO Nº 02/2018 (FDCO) - Consulta Prévia da empresa CERN - Campania Energia Renovável S/A** – O Sr. Marcio Villar procedeu à leitura do item. O Sr. Edimilson Alves, após cumprimentar os presentes, explicou que houve a necessidade da aprovação *ad referendum* da referida carta consulta, visto que o prazo de 30 dias para aprovação, definido na legislação, encerrar-se-ia previamente à realização da próxima reunião do Colegiado. A Sra. Sônia Souto solicitou esclarecimento quanto à realocação citada no relatório de análise de consulta prévia, questionando se haveria transferência da empresa para o estado de Mato Grosso do Sul (MS). O diretor da DIPGF explicou que essa empresa, assim como em São Paulo e Rio de Janeiro, tem esse tipo de usina em vários estados do país, sendo mais uma planta em MS. Não havendo mais questionamentos, o superintendente substituto colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade. **2. Diretoria de Administração: CONTRATAÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL LTDA (Processo Sei 59800.001103/2018-51)** – O Sr. Marcio Villar leu o item a respeito da contratação da Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal Ltda, por meio de inexigibilidade, para a locação de estande na “Feira de Negócios e Tecnologia AgroBrasília 2018 - Feira Internacional dos Cerrados”, realizada entre os dias 15 e 19 de maio de 2018, em Brasília - DF, conforme as disposições contidas no Termo de Referência, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). O item foi colocado em discussão pelo Sr. Luiz Renato, e, como não houve questionamentos, este foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. **3. Diretoria de Administração: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PURÍSSIMA ÁGUA MINERAL LTDA – EPP (Processo Sei: 59800.000840/2018-37)** - Após a leitura do item pelo Sr. Marcio Villar, o Sr. Luiz Renato pediu que o Sr. Claudemir Pita fizesse algumas explanações acerca da decisão de adesão à ata do Senado. Este explicou que a referida empresa citada na ata do

Senado era a que fornecia água para a SUDECO e que, por conta de algumas dificuldades, optou-se por aderir à ata do Senado *ad referendum* da Colegiada, pois estariamos sem água a partir da presente data caso isso não ocorresse. Contou que a Sra. Carina Soares conseguiu, de última hora, empenhar o valor. Esclareceu, também, que o nosso acesso à água potável era por intermédio dos filtros, mas que, no fim do ano passado, quando o GDF começou o fornecimento com água captada do Lago Paranoá, vários funcionários desta Superintendência tiveram problemas de saúde, incluindo ele e provavelmente outros casos que não foram relatados. Por essa razão, a partir dessa data, decidiu-se por desativar os filtros e contratar fornecimento de água mineral para servir aos servidores e visitantes. Destacou que, anteriormente, tínhamos, em média, 20 visitantes por dia, mas que, nos últimos 60 dias, tivemos 838 visitantes na Sudeco, além de que temos 101 terceirizados e 106 servidores, tendo um gasto diário de 9 garrafões de água, que correspondem a 180 litros que, dividido com o número de colaboradores, resulta em menos de um litro de água por colaborador. O Sr. Claudemir Pita frisou a importância da decisão de terem contratado água mineral devido aos dados citados e ao número expressivo de servidores que passaram algum mal-estar. Não havendo questionamentos, o superintendente substituto colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade. **ORDEM DO DIA: 1. PROPOSTA DA DIRETORIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E DE GESTÃO DE FUNDOS – 1.1 FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIO** – O Sr. Marcio Villar procedeu à leitura da proposta, destacando que se tratava de recurso referente à execução orçamentária e financeira de 2017, provenientes de plano de ação. Após, o Sr. Edimilson Alves pediu a palavra para informar que a proposta não havia sido aprovada em 2017 em função de o município estar inadimplente. Afirmou que, em razão de Parecer de Força Executória, conforme descrito na pauta, a Sudeco deve promover a formalização do convênio, mas que não se pode levar ao pé da letra o texto lido pelo Sr. Marcio Villar com relação à liberação dos recursos, visto que, ainda, a proposta deve ser aprovada em sua totalidade. O Sr. Aluizo Lucena disse que, autorizada a celebração do convênio, desconsiderando a questão do registro total, se houver qualquer outro impedimento, ainda assim, isso não implicaria, ainda que celebre, a liberação do recurso. Não havendo mais questionamentos, o Sr. Luiz Renato colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade.

Estado de Mato Grosso do Sul: 01 (uma) proposta.

Proposta	Processo	Município/ Secretaria/Consórcio	Objeto	Valor R\$
103200/2017	59800.003528/2017-14	Naviraí	Drenagem e pavimentação	1.365.000,00

2. PROPOSTAS DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – 2.1 CONTRATAÇÃO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – 1) Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação (Gesto Vacinal) da quantidade estimada de 200 (DUZENTAS) doses de Vacina AntiGripal; Processo 59800.000215/2018-95; valor estimado: R\$ 14.540,00; Pregão Eletrônico Nº 03/2018 - O Sr. Roberto Postiglione questionou se houve um levantamento prévio da quantidade de servidores e colaboradores que irão se vacinar, tendo em vista que a quantidade de 200 vacinas parece distante da realidade da autarquia. O Sr. Claudemir Pita informou que, dessa quantidade, apenas as doses utilizadas serão pagas. Contou que duas empresas participaram do pregão, e que o contrato final ficou no valor de R\$ 13.900,00. O Procurador Aluizo destacou que houve um avanço na contratação da vacinação com relação ao ano passado, visto que, nesse novo edital, houve a previsão de que só seria pago o que fosse utilizado. Não havendo mais questionamentos, o superintendente substituto colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade. **2.2 PRORROGAÇÕES DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO** – 1) Processo 59800.000111/2013-76; Imprensa Nacional; fim da vigência: 08/09/2018 - O Sr. Marcio Villar procedeu à leitura do item, e foi aberto espaço para discussão. Não havendo questionamentos, o superintendente substituto colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade. 2) Processo 59800.000572/2017-72; contrato nº 02/2017- Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli-ME; fim da vigência: 10/09/2018 - O Sr. Marcio Villar procedeu à leitura do item, e foi aberto espaço para discussão. O Sr. Luiz Renato questionou se esta seria a primeira renovação, o que foi respondido positivamente pelo diretor substituto da DA. O Sr. Edimilson Alves externou preocupação com um possível remanejamento dos recursos direcionados ao contrato de motoristas, uma vez que este se encerraria e, assim, haveria uma redução significativa nos

custos com combustíveis. O Sr. Claudemir Pita informou que o referido contrato terminaria em agosto, mas que seria prorrogado até o início de novembro, pois o Ministério do Planejamento não conseguiria atender a Sudeco antes desse prazo com o TáxiGov. A Sra. Carina Soares informou que há uma orientação para que, em contratos administrativos, o empenho seja realizado mensalmente, e que, portanto, o limite não fica preso. Ainda, disse que este fica numa ação que cuida de todos os contratos administrativos da Sudeco e que, dentro do mesmo exercício, ainda seria possível cancelar o empenho e disponibilizá-lo em outro lugar, ou seja, se quisesse colocar em outra ação, as janelas orçamentárias estariam disponíveis. A Sra. Sônia Souto aproveitou para lembrar que o contrato de combustíveis não atendia apenas os carros da Sudeco, mas também, os abastecimentos em viagens. 3) Processo 59800.000393/2014-92; convênio nº 01/2014; Acesso às informações registradas no SINAPI; Caixa Econômica Federal; fim da vigência 20/10/2018 - O Sr. Marcio Villar fez a leitura do item e foi aberto espaço para discussão. Não havendo questionamentos, o superintendente substituto colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade.

3. PROPOSTAS DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO: 3.1 ALTERAÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SUDECO (2018-2022)

Após o Sr. Marcio Villar proceder à leitura do item, o Sr. Roberto Postiglione esclareceu que se trata de adequações que estão sendo realizadas conforme o andamento estratégico, pois alguns itens foram retirados, outros alterados e outros dimensionados, e pediu que o Sr. Rodrigo Reis apresentasse as alterações para ciência de todos. Com a palavra, o Sr. Rodrigo explicou que foram solicitadas alterações de três áreas. Segundo ele, o RH solicitou que se retirasse o indicador relativo à evasão de servidores, em virtude da dificuldade de se estipular uma meta, já que, para estipular uma meta para esse indicador, teria que se levar em consideração uma série de quesitos que fogem da alçada da autarquia. Explicou que a própria DPA solicitou uma alteração que foi a exclusão do indicador a respeito do valor das parcerias que a Sudeco firmaria nesse ano, que isso havia sido feito em decorrência do fato de que essas parcerias, como acordos de cooperação técnica, não envolvem valor financeiro, não sendo possível serem dimensionados. Por último, disse que a DIPGF havia solicitado que alguns indicadores fossem desmembrados, tendo em vista que há processos de convênios relativos à aquisição de equipamentos e também a obras, sendo diferenciada a análise desses processos, inclusive com equipes responsáveis diferentes. Com a palavra, o Sr. Roberto Postiglione colocou a DPA à disposição para qualquer esclarecimento que se fizesse necessário. Não havendo mais questionamentos, o superintendente substituto colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade.

3.2 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UNIEURO - SUDECO

O Sr. Marcio Villar procedeu à leitura do item. O Sr. Roberto Postiglione expôs que sua diretoria tinha muito interesse pela continuidade desse acordo. Informou que o documento já havia sido analisado pela Procuradoria/Sudeco, e que as recomendações por ela feitas já haviam sido atendidas, assim como as documentações também solicitadas pelo órgão jurídico haviam sido inseridas ao processo. Ainda, o diretor da DPA disse que, com a recém ampliação da RIDE, seria muito interessante a participação da Sudeco no projeto. Lembrou aos presentes que, por se tratar de um acordo de cooperação, não haveria repasse financeiro. Explicou que a UNIEURO entraria com todo o suporte financeiro para a manutenção do projeto e que a Sudeco faria o acompanhamento e a avaliação do desempenho desse acordo de cooperação. O Sr. Edimilson Alves disse que, no passado, o reitor da universidade já havia estado na Sudeco, e que a UNIEURO formaria a primeira turma de medicina, e, que, portanto, esse projeto seria como se fosse uma residência para os alunos. Explicou que a universidade levará os alunos às regiões da RIDE para dar atendimento na unidade básica de saúde do município sob orientação de um professor e de um médico, assim, a população teria atendimento médico a custo zero. Disse que seria um importante passo para a Sudeco. Ainda, disse que o motivo de a universidade ter procurado a Sudeco foi pela proximidade da autarquia com os municípios, algo que eles tinham dificuldade. Salientou que isso mostra que a Sudeco voltou a se destacar após um período de esquecimento e, então, sugeriu que fosse dada uma grande divulgação quando o projeto iniciasse, dando-se destaque à Superintendência. O Sr. Luiz Renato parabenizou a equipe da DPA e levantou a possibilidade de estender o projeto aos estados com a participação de outras universidades. O diretor da DPA disse que a sua equipe já estava em contato com a UNIEURO para a indicação de universidades que mantinham outros convênios com eles nos outros estados do Centro-Oeste. O Sr. Marcio Villar questionou sobre a estrutura física nos municípios. No entanto, o Sr. Roberto Postiglione informou que seria uma ação secundária da Sudeco, em que esta faria a aproximação com os municípios no intuito de estes fornecerem o local e atenderem algumas eventuais necessidades do projeto. Quanto ao questionamento do Sr. Luiz Renato

sobre os novos municípios inseridos na RIDE, o Sr. Roberto Postiglione informou que foram inseridos mais dez municípios goianos e dois mineiros. Sobre esse assunto, o diretor da DPA manifestou preocupação com essa ampliação, uma vez que o deslocamento para alguns desses municípios ultrapassaria duzentos quilômetros, cerca de três a quatro horas de viagem, e que, para estes, não havia previsão de pagamento de diárias. Assim, informou que a equipe técnica da DPA já estava produzindo um estudo para verificar a possibilidade de alterar essa situação. Não havendo mais questionamentos, o superintendente substituto colocou o item em votação. Aprovado por unanimidade.

ASSUNTOS DE ORDEM GERAL - 1.

Gabinete/Auditoria: Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade – A Sra. Sônia Souto afirmou que o presente assunto visa atender o disposto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que trata da implantação do Programa de Integridade na Administração Pública Federal, sendo que, para isso, a Sudeco havia revogado a Portaria nº 157, de 27 de junho de 2017, que criara o Comitê de Governança, Riscos, Controles no âmbito da Sudeco, para incluir o Programa de Integridade, resultando na edição da Portaria nº 150, de 17 de maio de 2018. Em seguida, fez uma apresentação em Power Point acerca do teor do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, em que faz a explanação da implantação do Programa de Integridade, seu conceito, fases, competências e elaboração do Plano de Integridade, a ser apresentado até 30 de novembro de 2018. Solicitou que a alta administração da Sudeco, juntamente com a Ouvidoria, que será a responsável pela gestão da Integridade na autarquia, façam a publicação de Portaria que institui grupo de trabalho dos servidores para auxílio ao Comitê Governança, Riscos, Controles e Integridade, sendo que sugeriria à Diretoria Colegiada que as diretorias da Sudeco fizessem as indicações e substituições, como é o caso da DPA, para a exclusão do ex-servidor Sérgio Magno Carvalho de Souza. Ainda, sugeriu a inclusão de servidores da DPA que também fazem parte da Comissão de Ética da Sudeco, lembrando que a servidora Luciana Bolfarine tinha horário reduzido; da ouvidora Tamiris Gonçalves; e da servidora Franciane Soares do Nascimento, supervisora do Núcleo para Assuntos Disciplinares – NAD. O diretor Roberto Postiglione afirmou que atenderá as sugestões da auditora, e que, em relação à servidora Luciana Bolfarine, sua indicação no GT seria em função de sua capacidade.

2. DPA: AgroBrasília 2018 – O Sr. Roberto Postiglione explicitou seu contentamento com a atitude proativa do servidor Kainã Aguiar em utilizar “pernas de pau” durante suas atividades no stand da Sudeco no evento da AgroBrasília 2018. Ressaltou que a atitude tomada o impressionou, pois, o próprio servidor se propôs a fazer, além de ter levado a instrumentalização. Pediu que fosse colocada a foto do servidor na projeção e aproveitou para agradecê-lo pela atitude exemplar, pois houve um acréscimo de demandas no stand por conta de tal comportamento. Após aplausos dos demais presentes, o Sr. Luiz Renato e o Sr. Edmilson Alves também parabenizaram o servidor pela iniciativa. Após, foi apresentado um vídeo com algumas imagens do evento. O Sr. Luiz Renato, após agradecer a colaboradora Claudete e toda equipe da ASCOM pela organização, destacou que o resultado da participação da Sudeco no evento foi surpreendente, pois o objetivo foi atingido, e que uma feira de agronegócio vai ao encontro com os objetivos da autarquia, diferentemente de outras feiras de shows, que muitas vezes se gasta dinheiro sem se obter uma devolutiva significativa, gerando, inclusive, receio das chefias em autorizar participações da Sudeco nesses tipos de evento, ainda mais nesse ano de crise e de redução de custos. Contou que encontrou com o presidente do SICREDI em São Paulo e que ele comentou a respeito do stand e parabenizou os envolvidos pela organização e participação. O Sr. Marcio Villar pediu a palavra para contar que a receptividade da Sudeco e do FCO, principalmente no último dia do evento, foi muito grande, e que a feira havia movimentado em torno de um bilhão e cem milhões de reais em quatro dias. Ressaltou, ainda, ser um ponto positivo na questão da crise que estamos passando, uma agenda positiva pouco divulgada. O Sr. Edmilson Alves pediu a palavra para parabenizar a servidora Ellen Barbosa, a colaboradora Claudete e os repórteres que participaram ativamente na feira, expondo ao Sr. Luiz Renato a forma que os Diretores foram recebidos no stand da Sudeco, colocando-os em contato com o presidente do banco, empresários e organizadores da feira. Ressaltou a importância da divulgação dos fundos constitucionais, os quais geram emprego e renda. O Sr. Marcio Villar informou que, do valor movimentado, não há dúvida que uma boa parte seria do FCO. Chamou atenção para a importância da Sudeco se reunir com as instituições financeiras SICREDI, SICCOB, BB E BRB, destacando que é preciso divulgar que o lucro é somente da instituição financeira, pois a Sudeco não visa lucro, mas sim a geração de emprego e renda. Afirmou que essas instituições financeiras podem muito contribuir com a autarquia, inclusive por meio de Portaria, a exemplo da Portaria que trata da divulgação do Governo Federal, Ministério da Integração e Banco do Brasil. O Sr. Marcio Villar complementou dizendo que o Sr. Edmilson

participou de uma reunião na qual foi citada a preocupação com as bancadas que estão vinculadas aos fundos constitucionais não tomarem uma posição, o que gera uma tendência de extinção desses fundos. Citou que a falta de divulgação de que certos recursos são oriundos do FCO abre precedente para que o Ministério da Fazenda retire os respectivos da Sudeco. O Sr. Edmilson Alves sugeriu que a DIPGF realize treinamentos internos para que todos os servidores conheçam melhor os fundos. Destacou a atitude da colaboradora Claudete que permaneceu na feira após às 16hs, pois não foi possível sair de lá com os equipamentos antes das 18hs. O Sr. Aluizo Lucena solicitou que a consulta jurídica a respeito da participação da autarquia nesses tipos de feiras seja feita com antecedência, pois a resposta demanda tempo e pesquisa. O Sr. Marcio Villar pediu a palavra para lembrar do prazo que se têm para divulgar assuntos relacionados à Sudeco, devido ao período eleitoral. A Sra. Luciana Barros pediu a palavra para comentar a respeito do Grupo de Trabalho que está acontecendo no Ministério da Fazenda relacionado aos fundos, destacando a necessidade de se refletir sobre os incentivos fiscais que são dados às demais Superintendências, mas não à Sudeco. Ressaltou que o Ministério da Fazenda possui a ideia de que o Centro-Oeste talvez não seja merecedor dos recursos dos fundos, mas que isso é um questionamento ainda, é um trabalho que ainda vai ser conclusivo e que afirma que o Centro-Oeste já superou todas as desigualdades regionais e que está se igualando praticamente às regiões Sul e Sudeste do país. Então, disse que fica o alerta de que é interessante sim uma mobilização política nesse sentido, e que é necessária cautela nas nossas colocações, pois tirando mais um instrumento de ação que foi dado a Superintendência, esta teria apenas o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) para trabalhar. O Sr. Edmilson Alves explicou que há um entendimento de que a região Centro-Oeste não teria mais necessidade do FCO, pois já era diferenciada em relação ao Norte e Nordeste, o que procedia. Disse que, porém, a região caracterizava 14% do PIB, e que, no ano de 2017, houve uma geração de emprego e renda em torno de 900 mil empregos, ou seja, disse que um país com quase 13 milhões de desempregos, achar que, nesse momento, o Centro-Oeste não tinha mais necessidade dos recursos do FCO seria pensar pequeno. Informou, ainda, que o Ministério da Fazenda realmente estava trabalhando no sentido de esse recurso ser considerado de mercado, e que, caso isso acontecesse, poderiam retirar uma ferramenta importante do Centro-Oeste que, no ano de 2017, havia aplicado 8.3 bilhões de reais e havia tido a maior safra dos últimos anos. Disse não haver dúvidas quanto à participação de recursos do FCO nesses feitos, fruto do nosso trabalho e do Banco do Brasil. Afirmou que, nessas divulgações, por meio da participação em feiras como essa, com equipamentos que custam até dois milhões de reais, não havia dúvidas que os recursos do Fundo, com sua taxa de juros baixa e carência, eram umas das melhores opções no mercado interno. Então, disse que realmente era uma preocupação e que, portanto, teríamos de unir forças com a nossa bancada, e que talvez fosse interessante o superintendente convocar uma reunião com a bancada para expor toda essa questão.

3. Gabinete: Palestra sobre elaboração de projetos para celebração de convênio e apresentação do BB e do BNDES de linhas de crédito para prefeituras (BB e BNDES), evento promovido pela Sudeco em parceria com a AMM - Associação Mato-grossense dos Municípios, em Cuiabá, no dia 14 de junho de 2018 – O Sr. Marcio Villar esclareceu que o item foi incluído na pauta a pedido da ASCOM e que atendia à programação solicitada pelo superintendente. Contou que essa palestra será feita nos três estados e não será feita no DF, devido a especificidade do assunto. Afirmou que se trata de um evento que reunirá os prefeitos, com a participação da DPA e principalmente da DIPGF, e que haverá uma apresentação do banco de projetos da Sudeco e sobre a forma de utilização de recursos. O Sr. Edmilson Alves informou que essa ideia se iniciou em outubro/2017 após algumas reclamações referente à distância entre a Sudeco e as prefeituras. Contou que foi à AGESUL e que, na ocasião, haviam alguns convênios com pendência documental desde 2015, e, lá, eles apresentaram os documentos faltantes, e foi um sucesso, pois, no intervalo de sessenta dias, as emendas dos senadores tinham sido aprovadas e pagas em seguida. O Sr. Roberto Postiglione e Sr. Marcio Villar contribuíram com a ideia de que fosse falado sobre as parcerias público-privadas e as linhas de crédito do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento, tendo em vista que esses bancos estariam com uma linha de crédito que, até R\$ 5 milhões, não existiria a obrigatoriedade da análise do STM, processo que geralmente leva entre um a dois anos. O Sr. Marcio Villar informou que o único custo que a Sudeco está tendo com essas divulgações é com as diárias e passagens, visto que não é pago mais nenhum centavo, sendo toda a estrutura fornecida pela associação de municípios. A Sra. Sônia Souto perguntou se nas próximas palestras, por estar envolvidos quase todos os prefeitos, poderia ser tratado alguns assuntos específicos, tendo em vista que a Sudeco possui alguns

convênios em situação crítica. O Sr. Marcio Villar informou que pode ser incluída a solicitação da Sra. Sônia Souto. O Sr. Edimilson Alves colocou à disposição o Sr. Raimundo Veloso para auxiliá-la no que for necessário, tendo em vista que, no próximo evento em Mato Grosso do Sul, ele estaria presente, esclarecendo sobre a prestação de contas. **4. Auditoria: Acórdão 2640/2016/TCU/PLENÁRIO (Pendências de convênios - Processo Sei 59800.601545/2016-31); Restrições contábeis no SIAFI dos registros de transferências voluntárias (Processo Sei 59800.000925/2018-15)** - Após a leitura do item pelo Sr. Marcio Villar, a Sra. Sônia Souto reiterou que o Tribunal de Contas da União (TCU), durante a avaliação referente à gestão do ano de 2015, emitiu o Acórdão 2640/2016, que questionava dois itens em especial: os indicadores de desempenho e os convênios em aberto. Com relação aos indicadores, disse que havia sido descrito que os indicadores não mediam efetivamente os resultados da autarquia, o que era justificado pela inexistência de um planejamento estratégico. Com relação aos convênios, pendentes de apresentação e análise das prestações de contas, tanto nas vistorias quanto nos registros contábeis. Explicou que a resposta ao TCU feita em julho de 2017 foi um plano de providências que previa baixar o passivo em dois anos, de forma regularizar as pendências. Na época, havia 471 convênios em aberto, tanto parciais quanto finais, e, devido à falta de pessoal, foi realizada a delegação de competência da prestação de contas para a DIPGF com o intuito de minimizar a problemática existente. Uma vez que já se passou um ano da resposta ao TCU com o respectivo plano de providências, a auditora propôs que, na próxima reunião da Diretoria Colegiada, fossem apresentados os resultados daquilo que foi realizado até o presente momento juntamente com a discriminação das dificuldades enfrentadas. Isso tudo para que a Sudeco esteja preparada para os questionamentos que possivelmente serão feitos na auditoria deste ano. Explicou, também, que a Sudeco está tendo restrição contábil todos os meses com relação aos convênios, o que está impactando financeiramente a sua gestão. E, com relação a isso, informou que a coordenação orçamentária emitiu uma nota técnica (Processo SEI 59800.000925/2018-15) referente às restrições contábeis no SIAFI dos registros de transferências voluntárias e que, até o momento, somente a DPA e o RH prestaram esclarecimentos. Nesse sentido, a apresentação de uma prévia desses resultados objetiva evitar surpresas durante a realização da próxima auditoria pela Controladoria Geral da União (CGU). O Sr. Edimilson Alves salientou que, dentro da proposta que foi feita ao TCU, a área técnica da DIPGF tem cumprido o cronograma previsto, tendo em vista que, no ano passado, tínhamos 176 vistorias pendentes, e agora, no primeiro semestre de 2018, temos apenas 32. Afirmou que não tem dúvidas que em julho deste ano não haverá mais vistorias pendentes. Complementou dizendo que a prestação de contas é uma tarefa complexa que não depende somente da Sudeco e que se compromete a trazer o levantamento solicitado na próxima reunião. Aproveitou para elogiar o trabalho prestado por sua equipe, que tem sido efetivo. A Sra. Sônia Souto demonstrou contentamento com o feedback positivo dado pelo diretor e reiterou que a apresentação solicitada deve demonstrar as dificuldades que temos na Sudeco, pois se observarmos outros órgãos, a autarquia tem feito o máximo possível apesar de suas limitações. O Sr. Raimundo Veloso pediu a palavra para esclarecer que a equipe vem trabalhando com o objetivo de fechar essas demandas, mas que são muitos processos complexos e associado a isso houve a licença para tratamento de saúde da chefe da prestação de contas, o que tem prejudicado a conclusão dos trabalhos. A Sra. Joicy Caetano questionou se a sugestão de apresentação na próxima reunião também seria para os indicadores de desempenho. A auditoria respondeu afirmativamente. A Sra. Joicy Caetano perguntou se havia previsão de data para o início da auditoria deste ano. A Sra. Sônia Souto respondeu que a apresentação do relatório de gestão deve ocorrer até o dia 31 de julho, portanto em agosto/setembro já deve iniciar a auditoria. O Sr. Luiz Renato, ao retornar à sala de reunião, questionou se havia mais algum questionamento, o que foi respondido negativamente pelos demais presentes. **5. Auditoria: alteração decreto e atualização Regimento Interno** - A auditora explicitou a necessidade de se ter uma resposta conclusiva a respeito da questão do Regimento Interno da Sudeco, pois desde 2016 já existe essa pendência, sendo que o prazo para publicação já havia vencido. Ressaltou que é preciso levantar como está a situação no momento e definir quais providências serão tomadas. O Sr. Luiz Renato solicitou esclarecimento quanto ao prazo vencido citado pela auditora. A Sra. Sônia Souto respondeu que o prazo definido pelo decreto foi de 60 dias a contar da data de publicação do referido decreto. O Sr. Claudemir Pita contou que o novo decreto solicitado pela Sudeco aguarda assinatura do Sr. Ministro da Integração Nacional. O Sr. Marcio Villar ressaltou que essa dependência não é da Sudeco, pois a nossa parte está pronta. A Sra. Sônia Souto explicou que não se pode mais aguardar o novo decreto, e que deve ser feito um contato final definitivo para saber se haverá ou não a nova publicação,

pois se caso a resposta for negativa, seria preciso fazer o regimento com o que temos hoje na autarquia. O procurador Aluizo Lucena complementou dizendo que, provavelmente, não haveria problema, com base na legislação vigente, fazer o regimento interno nesse momento, e que se fosse necessário alterar posteriormente em decorrência de alguma alteração normativa superior, não teria problema, já que o decreto determina o que deve ser feito. O Sr. Claudemir Pita informou que tanto o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão quanto o jurídico do Ministério da Integração Nacional deram o aval para que o decreto fosse assinado, o que dependia agora exclusivamente da assinatura do Aviso pelo ministro da Integração Nacional. A auditora reforçou a ideia de que é preciso cobrar um posicionamento formal do ministério devido à demora que está ocorrendo. O Sr. Claudemir Pita solicitou que o Sr. Marcio Villar fizesse contato com o chefe de gabinete Gustavo Canuto para tentar resolver a pendência. A Sra. Sônia Souto pediu, então, para que o Sr. Marcio Villar pedisse a devolução do processo caso houvesse negativa da assinatura. **6. Auditoria: Planejamento Estratégico** - A Sra. Sônia Souto disse que, em relação ao tema, havia sido realizada a primeira etapa pela ENAP, e agora teria de ser realizada a segunda. Disse que se fazia necessária a finalização do Planejamento Estratégico para dar prosseguimento ao mapeamento de riscos da autarquia, inclusive os riscos da parte de Integridade da Sudeco, e que o prazo para sua finalização estava ultrapassado, assim, solicitou informações acerca das providências a serem tomadas pela área responsável pelo seu andamento. O diretor da DPA, Sr. Roberto Postiglione, disse que a ENAP ainda não havia apresentado à Sudeco a “precificação” para dar início à segunda etapa do Planejamento Estratégico. E que foram apresentados valores e a Sudeco não havia concordado com alguns itens que deixaram de ser colocados e outros colocados repetidamente. Disse, ainda, que a ENAP trabalha sob regime de contratação de consultores sob demanda, a exemplo de outras instituições que trabalham da mesma forma, como o Sebrae. E, por contratarem em cima da hora, não haviam encontrado profissionais disponíveis no mercado para dar conta da necessidade dos órgãos, sendo que o prazo para apresentarem valor e data de início da segunda fase referente à Sudeco dar-se-ia até o final do mês de maio. A servidora Joicy Caetano disse que a DPA possui pressa em finalizar o Planejamento Estratégico para não cair no esquecimento, o que foi realizado em relação à primeira fase, até porque ele faz parte da rotina de cada servidor. E que foi verificado junto a outros órgãos que possuem uma equipe preparada e que fizeram sozinhos o próprio planejamento, mas que a DPA, em virtude da redução da equipe, optou por buscar ajuda externa para sua concretização. Eu, **Elisa Roesler e Silva**, lavrei a presente ATA que, depois de aprovada, assinarei com todos os membros da Diretoria Colegiada acima nominados, a auditora-chefe da SUDECO e o procurador-chefe da SUDECO, em cumprimento às formalidades legais e regulamentares. ///

Luiz Renato Adler Ralho

Superintendente Substituto

Roberto Postiglione de Assis Ferreira Junior

Diretor de Planejamento e Avaliação

Edimilson Alves

Diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos

Claudemir Ribeiro Pita

Diretor de Administração Substituto

Sônia Maria Souto

Aluizo Silva de Lucena

Procurador-Chefe SUDECO

Elisa Roesler e Silva

Relatora



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Roesler e Silva, Analista Técnico Administrativo**, em 25/06/2018, às 12:09, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Postiglione de Assis Ferreira Júnior, Diretor de Planejamento e Avaliação**, em 25/06/2018, às 13:20, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Renato Adler Ralho, Superintendente Substituto(a)**, em 26/06/2018, às 16:46, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Claudemir Ribeiro Pita, Usuário Externo**, em 27/06/2018, às 07:54, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria Souto, Auditor(a) Chefe**, em 28/06/2018, às 12:38, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Edimilson Alves, Diretor de Implementação de Programas e Gestão de Fundos**, em 03/07/2018, às 12:51, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Aluizo Silva de Lucena, Procurador(a) Chefe**, em 04/07/2018, às 09:33, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spil>, informando o código verificador **0086839** e o código CRC **C5D75E1B**.